

APRESENTAÇÃO

Os 14 artigos trazidos no novo número da revista **InterTemas**, que ora chega ao público acadêmico, estão agrupados em seções de Doutrina Estrangeira e Doutrina Nacional e refletem a pluralidade de abordagens da pesquisa jurídica que vem sendo produzida no Brasil e em outros países, aqui representados por autores do México, Argentina e da Espanha. Ao longo do volume, as análises contemplam as áreas “duras” do campo jurídico, como Direito Civil, Administrativo, Penal e Constitucional, e também contribuições do campo da Sociologia Jurídica, da Ciência Política, da Filosofia Jurídica e da Medicina Forense, todas elas enfocando a riqueza e complexidade do fenômeno jurídico.

A seção de Doutrina Estrangeira inicia-se com a contribuição do professor Marcos Del Rosario Rodríguez, do México, que escreve sobre o controle de convencionalidade à luz da supremacia dos direitos humanos assentados na Convenção Americana. O programa de eutanásia de Hitler, que protagonizou o mais emblemático caso mundial de violação aos direitos humanos, é analisado pelo psiquiatra e médico forense Daniel Navarro, da Argentina. Navarro mostra que o projeto eugenésico nazista foi engendrado mediante uma lógica científica, o positivismo psiquiátrico, e amparado em uma meticulosa legislação baseada no conceito de vida indigna de ser vivida. Resgatando esta história pouco conhecida, o autor acaba por mostrar que o extermínio de “anormais” e judeus levado a cabo pelo nazismo não resulta de um ato de loucura ou impensado, mas que foi produzido pela Medicina e pelo Direito. A seção é finalizada por artigo do doutorando na Universidade de Salamanca Fábio Ferreira Morong, egresso da Toledo/Presidente Prudente. Morong trata do meio ambiente na legislação da União Européia, apontando seu desenvolvimento no século XX e seus desafios para o século XXI.

O meio ambiente também é tema dos dois artigos que abrem a seção de Doutrina Nacional. O professor Marcos Catalan focaliza a tutela do meio natural urbano, colocando em pauta o diálogo entre Código Florestal e Código Civil. As restrições contidas no primeiro dialogariam com o segundo, visando evitar a degradação do meio ambiente. Também no diapasão da proteção ambiental, Claudio Ribeiro Lopes e Stephanea Luccia Giannetta discutem os fins e limites da pena em delitos contra a flora. Abordam a tutela jurídico-penal do ambiente, examinando os tipos penais dos delitos ambientais, suas sanções e medidas preventivas e retributivas.

O jurista Flávio Tartuce traz uma contribuição ao campo do Direito Administrativo em artigo que versa sobre estado de direito e estado de legalidade. Seu

foco é a discussão da possibilidade de aplicação da boa-fé objetiva – conceito caro ao Direito Civil Contemporâneo –, em contratos administrativos.

A recente e relevante Lei 12.318/2010, que introduziu a alienação parental no ordenamento jurídico brasileiro, é fulcro da análise do professor Jesualdo Eduardo de Almeida Júnior. O autor tece um panorama sobre a lei e suas consequências materiais e processuais.

Na sequência do volume, três artigos compõem, sob diversos olhares, a questão da inclusão social e do acesso à Justiça, tematizando, particularmente, a homoafetividade e homofobia, a pessoa com deficiência e as custas judiciais e seus efeitos sociais. A partir de uma investigação documental e de campo, no município de Vitória (ES), o pesquisador Elias Mugarib analisa como a educação pública municipal vem recepcionando o princípio da dignidade humana, o direito à igualdade e à diversidade, na escola. A partir da concepção do Direito emancipatório de Boaventura Souza Santos, ele analisa a questão da homofobia e da homoafetividade. A inclusão social da pessoa com deficiência pelo direito à acessibilidade é examinada pelos professores Dirceu Pereira Siqueira e José Roberto Anselmo. A partir da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional, os autores apontam que o poder público não pode se eximir da garantia ao direito. Quanto ao acesso à Justiça, o jurista Gelson Amaro de Souza e a graduanda em Direito Carla Caroline Santana Silva enquadram o direito do jurisdicionado em se socorrer do Poder Judiciário e como o mesmo é obstado por uma limitação de cunho econômico, imposta pela Lei de Custas Judiciais.

Duas contribuições no campo jusfilosófico são incorporadas ao volume. A primeira delas trata-se de uma análise crítico-histórica do jusnaturalismo e do juspositivismo, elaborada pelo professor Sérgio Tibiriçá Amaral e pelo graduando em Direito Rodrigo Duarte Gigante. Repassando as características e limites dessas duas abordagens, os autores evidenciam a incapacidade dessas duas correntes de dar o devido enfrentamento à delicada questão da fundamentação do direito, acenando-se com novas vertentes do pensamento jurídico contemporâneo. Em outro ângulo, que também dialoga com a Filosofia Jurídica e a Filosofia Política, o professor Roberto Gurgel de Oliveira Filho cerca o federalismo em suas origens norte-americanas e em seu desenvolvimento histórico.

A título de uma reflexão jurídica e filosófica, o professor André Luis Luengo aborda o que denomina “autofagia institucional”. Em sua pensata, o autor convidado reflete sobre a maledicência como contaminadora das relações no âmbito das instituições, ferindo valores morais, éticos e jurídicos.

O médico forense e criminologista José Hamilton do Amaral encerra o presente volume com importante contribuição ao estudo médico-legal da indenizofilia, quadro apresentado por muitos periciados da Previdência Social que apresentam múltiplas queixas e aspiram ao direito de indenização. Em seu artigo, Amaral

caracteriza o quadro, diferenciando-o da simulação e da sinistrose, fenômenos médicos que também afetam diretamente o mundo do direito.

Cumpre-se destacar que, além das relevantes contribuições trazidas pelos colaboradores deste volume, a revista **Inter temas** consolida, no presente número, sua posição como revista nacional de Direito, pela representatividade dos temas e dos autores, assim como caminha para sua internacionalização. Além da seção de Doutrina Estrangeira (também presente em suas edições anteriores), o periódico passa agora a estar indexado em diretório internacional, o Latindex, bem como vem buscando atender a padrões de qualidade por meio de uma ampliação de seu Conselho Editorial e de uma completa reformulação editorial.

José Artur Teixeira Gonçalves

Coordenador institucional de pesquisa da FIAET/PP